

“Mens sana in corpore sano”: a educação de corpos e mentes entre o operariado gaúcho da 1ª República

“Mens sana in corpore sano”: The education of bodies and minds among the “gaucho” workers in the First Republic

Evangelia Aravanis

Resumo

O texto analisa a proposta de um grupo de lideranças operárias do Rio Grande do Sul, no período da 1ª República, de educação de corpos e mentes visando à transformação do social. Objetivamente se analisa como várias práticas educativas e disciplinares ligadas ao combate ao consumo do álcool, ao baile e à reivindicação de uma jornada de 8 horas de trabalho contêm em seu bojo a intenção de construir corpos e mentes tendo em vista a obtenção de uma realidade mais justa e igualitária. Dá-se destaque nesta análise à relação causal percebida entre “corpo” e “mente” e onde se vê manifestar claramente a concepção dual ocidental entre estas duas esferas, reveladoras, por sua vez, de uma percepção em que o corpo (o biológico) aparece como o suporte material e fundamental para o pleno desenvolvimento das idéias.

Palavras-chave: corpo, movimento operário, disciplina.

Abstract

The text analyzes the proposal stated by a group of militant workers from Rio Grande do Sul, during the time of the First Republic concerning the education of bodies and minds aiming at the transformation of the social side. Objectively, it is analyzed how several educational and disciplinary practices linked to the fight against the use of alcohol, attendance to balls and the claim of eight-hour work have the intention to construct bodies and minds having in mind the reaching of a more just and egalitarian reality. One emphasizes in this analysis the causal relation perceived between “body” and “mind” where one sees the clear manifestation of a dual western concept between these two spheres, revealing, on its turn, the perception in which the body (the biological one) appears as material and essential support for the full development of the ideas.

Key words: body, work movements, disciplines.

Evangelia Aravanis é Doutora em História pela UFRGS e professora do Curso de História da ULBRA Canoas.
Endereço para correspondência: aravanis.ev@cpovo.net

Textura	Canoas	n. 14	jul./dez. 2006	p.59-67
---------	--------	-------	----------------	---------

O texto visa expor e analisar a proposta de um grupo de lideranças operárias gaúchas no período da 1ª República de disciplinar corpos e mentes dos operários visando à transformação do social. Objetivamente, expõe-se como as práticas de combate ao consumo do álcool e ao baile, e a reivindicação de uma jornada de trabalho de 8 horas, defendidas pelos anarquistas de Porto Alegre contêm em seu bojo a intenção de construir entre o operariado corpos e mentes visando à obtenção de uma realidade mais justa e igualitária.

Antes de iniciar a exposição destas práticas específicas, é fundamental apresentar as lógicas que as norteavam em função desta transformação almejada.

Havia, conforme constatei, duas lógicas informando tais ações, ainda que nem sempre se manifestassem de forma conjunta.

A primeira delas, e que se mostrou como a menos freqüente na documentação, consistia no entendimento de que a construção e/ou preservação de um corpo fisicamente íntegro era a garantia da existência de forças físicas entre os operários para a luta contra os capitalistas. Cabe ressaltar, a respeito desta lógica, que ela já foi apontada pela historiografia quando analisa as proposições enunciadas pela militância paulista sobre certas práticas operárias tidas como “condenáveis”, por enfraquecer o corpo para a luta, entre as quais a freqüência ao “baile”, à “taverna” e o consumo do álcool¹.

A outra lógica aqui em questão é bem mais sutil e complexa, e foi tratada pela historiografia brasileira de forma ainda bastante superficial.

Observei que nas percepções do grupo anarquista de Porto Alegre vigorava o entendimento de que existia uma relação de causalidade entre os estados do “corpo” – o físico/o biológico/o orgânico – e os da “mente” – as idéias/a consciência/a moral – e que postulava, para os propósitos da luta operária, uma maior importância à mente.

Em outros termos, estes militantes concebiam que, caso o corpo do operário não estivesse fisicamente em boas condições – de saúde, disposição, etc. –, ou assim não fosse colocado,

ele não se sentiria estimulado ao estudo, nem teria pensamentos claros, de “boa qualidade”, atividades mentais que eram entendidas como fundamentais para que o operariado percebesse com lucidez os fatores que levavam a sua subjugação e que fosse, então, capaz de vencer a opressão capitalista.

Percebe-se no emprego desta lógica uma compreensão do “corpo” como uma instância subordinada à “mente”, já que ele seria uma espécie de suporte que deve estar adequado fisicamente àquelas tarefas mentais – o estudo e o pensamento – necessárias às ações destrutivas da ordem social em que viviam e construtivas da vindoura. Levando essa lógica às suas últimas conseqüências, poder-se-ia dizer que estes ativistas ambicionavam um “corpo” efetivamente governado pela “mente” para que pudessem usufruir os “benefícios” por ela proporcionados: o estudo, o pensamento intelectualizado, revolucionário, etc.

Sobre estas concepções, é importante reconhecer que elas encontram raízes em uma tradição muito mais antiga que o contexto do capitalismo. Segundo Roy Porter, o dualismo estabelecido entre “corpo” e “mente”, em que o primeiro destes termos é percebido como inferior e, portanto, submetível ao segundo, faz parte e remete a tempos imemoráveis da tradição cultural do Ocidente:

Muito antes de Descartes, um dualismo fundamental invadiu a **mentalité** ocidental; ser humano significava ser uma mente encarnada ou, na formulação de Sir Thomas Browne, um ‘anfíbio’. É um dualismo que muitos pensadores consideram paradoxal e mistificador, devido à radical incompreensibilidade das intersecções entre mente e a carne. Não obstante, tal dualismo tem sido uma força profundamente modeladora do uso lingüístico, dos esquemas classificatórios, da ética e dos sistemas de valor. À mente e ao corpo tem sido designados atributos e conotações distintos. A mente é canonicamente superior à matéria. Ontologicamente, por isso, a mente, o desejo, a consciência ou o ego têm sido indicados como os guardiões e governantes do corpo, e o corpo deve ser seu criado. (PORTER, R. In: BURKE, 1992, p.303) (Grifo no original)

Quando referi que esta segunda lógica foi superficialmente abordada pela historiografia

¹ Ver, por exemplo, BERTUCCI, Liane. *Saúde: arma revolucionária*. São Paulo – 1891/1925. Campinas: Publicações CMU/UNICAMP/1997, pp.99, 107-119, e RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil: 1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, pp.111-116.



brasileira é porque, ao menos até onde pude constatar, estas raízes ocidentais informadoras da mesma não foram devidamente apontadas e analisadas. Por exemplo, quando Rago (1985) ou Bertucci (1997) constatam que os operários consideram o consumo do álcool um impedimento ao seu desenvolvimento intelectual, elas não avançam no sentido de explicitar e analisar a lógica que articula essa relação de causa-efeito.

AS 8 HORAS DE TRABALHO

A reivindicação de uma jornada de trabalho de 8 horas foi, como mencionei, uma ocasião, para os anarquistas de Porto Alegre, de tentativa de construção de um corpo apto para a luta, o que se observa principalmente durante a greve geral de 1906 ocorrida na cidade.

Dois artigos publicados no jornal libertário A LUTA durante este episódio grevista são bastante representativos da forma como esta busca vinha se manifestando a partir da reivindicação de 8 horas de trabalho.

No primeiro destes artigos, publicado durante os acontecimentos que antecederam a eclosão da greve, vê-se claramente que esta reivindicação era pleiteada não só em função dos motivos que vinham se mostrando como recorrentes entre a militância operária da época: a preservação do operário de jornadas estafantes e a obtenção de mais tempo para o descanso, o lazer e o estudo. Queria-se também, no caso, a conquista de benefícios físicos corporais aos operários tendo em vista as repercussões positivas que isso – um corpo saudável e íntegro – traria para sua “mente”; ou seja, ao estudo e ao pensamento. Trata-se, este entendimento, como abaixo se pode constatar, de uma forma de materialização da lógica que estabelece relações entre corpo e mente e que foi, como disse, norteadora das ações operárias.

AS 8 HORAS

A diminuição das horas de trabalho é uma das questões que muito de perto tem interessado os trabalhadores de todo o mundo.

Diariamente sai de casa um trabalhador às 6 horas da manhã para voltar às 8 da noite e, às vezes, mais tarde. É um terrível sacrifício.

Urge sairmos desse regime de vida verdadeiramente irracional.

O excessivo trabalho exerce uma depressão física e moral sobre o indivíduo que o torna indiferente e inapto para tudo que possa ser agradável a si e aos outros. Não estuda, em nada pensa de elevado [...].

.....
Diminuindo os males que nos afligem, o pauperismo e a ignorância, teremos o melhor meio de prepararmos a nossa completa emancipação. **Para isso é preciso que o operário tenha o tempo necessário e condições para estudar e se instruir e só o conseguirá fazendo a redução das horas de trabalho manual.**

.....
Procurem, portanto, os trabalhadores de todas as classes, associem-se, educando o seu espírito para a luta e, **conquistadas as 8 horas, gozando então dum relativo bem estar, refarão as energias combativas** e outras melhorias poderão alcançar com a ação contínua de suas atividades.

(A LUTA, Porto Alegre, 29/09/1906, p.3) (Grifo meu)

O segundo artigo que selecionei comenta o seguinte:

O brado de 8 horas de trabalho repercutiu em todos os recantos desta capital [...].

Um indivíduo que trabalha numa oficina onde não se observam os mais rudimentares preceitos de higiene, em um trabalho extenuante, sem alimentar-se devidamente, **aspirando um viver mais nobre, procure ele emancipar-se, e para isso se dedique ao estudo a fim de se instruir, não o conseguirá, sem que, em curto lapso de tempo, se torne um desses nevropatas que Lombroso não hesitaria em qualificar “DELINQUENTE NATO”, ou um desses decadentes que a patologia, há muito, tem no seu index.**

.....
Não tardou que o movimento [originado pelo 1º de maio de 1886] se estendesse em toda Europa; até na mesma Rússia, cheia de crimes e infâmias, onde impera a força, a Cidadela e o Knut, só se trabalha oito horas e **gozam-se muitos melhoramentos que aqui não existem relativamente ao trabalho.**

Porque então no Brasil, isto é, em Porto Alegre, onde se apregoa aos quatro ventos a LIBERDADE,



FRATERNIDADE e IGUALDADE, ainda se não conseguiram as 8 horas de trabalho?

É preciso um pouco de luta...

Lutemos, pois!"

(A LUTA, Porto Alegre, 10/10/1906, p.2). (Grifo meu)

Este artigo, publicado no auge da greve, não difere muito do anterior, sendo que deixa ver de forma mais detalhada as relações percebidas por estes libertários entre o "corpo" e a "mente", bem como o fato de ser necessária a conquista de 8 horas de trabalho para que o operário tivesse mais condições físicas para o estudo. Este artigo ainda revela o fato desta militância fazer uso dos saberes científicos da época, – das idéias do antropologista criminal Cesare Lombroso –, para reforçar a necessidade da conquista desta reivindicação.

Em suma, a reivindicação de 8 horas diárias de trabalho também significava para os anarquistas de Porto Alegre a possibilidade de vir a capacitar o corpo do operário para as pugnas contra o burguês, pois um corpo fisicamente não exaurido por uma jornada excessivamente longa significava o desenvolvimento pleno das atividades mentais necessárias à luta, embora, não fosse este o único motivo da reivindicação das 8 horas.

A fim de não incorrer em erro de omissão, observo que esta associação entre 8 horas de trabalho e construção de um corpo operário apto à luta foi também por mim identificada em outras ocasiões, informação que não encontrei sendo trabalhada pela historiografia que trata do movimento operário.

Nas resoluções do 1º Congresso Operário Brasileiro (1ºCOB), realizado no Rio de Janeiro em 1906, tal proposta de se construir, através da redução da jornada um corpo em condições para lutar já se encontrava presente e sob a mesma lógica de causa e efeito entre "corpo" e "mente" aqui apontada.

Como se denota da citação abaixo, as melhorias físicas ali almejadas tinham por foco a "mente" do operário (o intelecto, o pensamento). Ou seja, reivindicava-se a conquista de mais tempo para o descanso tendo em vista que um corpo descansado iria facilitar o "estudo", a "emancipação intelectual" e a "educação associativa", entendendo-se por essa a educação político-gremial dos operários, importante método de combate para os anarquistas.

SOBRE A AÇÃO OPERÁRIA

Tema 2 – Para que espécie de melhoramentos deve o operariado organizado orientar principalmente os seus esforços? Para o aumento de salário ou para a diminuição das horas?

Considerando que a redução das horas de trabalho tem influência sobre a necessidade do bem-estar [...]; que por essa razão e ainda por diminuir o trabalho quotidiano, a desocupação diminui e o salário tenderá a subir; **que o descanso felicita [sic] o estudo, a educação associativa, a emancipação intelectual** e combate o alcoolismo, fruto do excesso de trabalho embrutecedor e exaustivo [...];

O Congresso Operário aconselha de preferência a conquista da redução de horas pelo próprio proletariado. (A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, 01/02/1914, p.7) (Grifo meu)

As outras situações em que identifiquei a associação da reivindicação de 8 horas à proposta de capacitação do corpo à luta ocorreram na Europa do século XIX.

Uma dessas situações trata-se do Congresso da 1ª Internacional (AIT), ocorrido em 1866, em Genebra. Nesta ocasião, a jornada de 8 horas era pleiteada a fim tanto de restaurar o "corpo" (o biológico) tendo em vista a "mente" (o intelecto), como o corpo em função dele próprio. Como se percebe, manifesta-se aqui uma lógica que ia além da que se viu até agora relacionada a essa reivindicação de 8 horas: a que estabelece uma importância ao corpo em função da própria "carne", pois é do corpo que proveria energias para o desenvolvimento de uma "ação política" no movimento operário.

Em 1866, o primeiro Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, celebrado em Genebra, aprovou a seguinte resolução que foi o ponto de partida dessa reivindicação legal [de 8 horas] para os trabalhadores que participam do movimento contemporâneo.

‘O primeiro requisito sem o qual é nula toda a tentativa de melhoramento e emancipação é a limitação legal da jornada de trabalho. Se impõe esta reforma com o objeto de restaurar a saúde e a energia fisiológica dos operários assegurando-lhes a possibilidade de um desenvolvimento intelectual, de estabelecer relações sociais e de exercer uma ação política. O Congresso propõe que a jornada legal de trabalho fique reduzida a 8 horas, este limi-



te o solicitam os operários dos Estados Unidos e o voto do Congresso o inscreverá no programa da classe trabalhadora de ambos os mandos.’

(ECHO OPERÁRIO, Rio Grande, 31/02/1899, p.1-2) (Grifo meu)

Já a outra situação mencionada é o Congresso de criação da 2ª Internacional Socialista em 1889 na França. Nesta ocasião a luta por uma jornada de 8 horas é claramente identificável, só que, ao menos a partir do que revelam as suas resoluções, sob uma perspectiva mais restrita do que o da 1ª Internacional. A integridade corporal ali desejada não expressava a lógica que associava a conservação do corpo ao desenvolvimento da mente, mas visava o corpo somente em função dele próprio. Cabe observar aqui, no entanto, que esta manutenção física do corpo não se estabeleceria exclusivamente pela redução da jornada de trabalho, mas também pelo maior salário que dessa redução de horas adviria e que seria capaz de proporcionar uma melhoria na qualidade da alimentação e moradia operária. Transcrevo abaixo o que era proferido por estes ativistas fundadores da 2ª Internacional a respeito dos benefícios – onde se pode ler também o porquê da luta – da jornada de 8 horas de trabalho:

BENEFÍCIO DA JORNADA DE 8 HORAS

Posta em prática a lei que marque o máximo de trabalho diário em 8 horas, os operários obterão os seguintes resultados:

Diminuir o tempo que a classe patronal os explora;
Enfraquecer o despotismo dos mesmos e dos encarregados:

Dispor de mais tempo para descansar, distrair-se, estudar e cuidar da organização societária e da ação política;

.....
Melhorar o salário e conseguir com tal melhora-mento:

Uma alimentação mais nutritiva,

Melhor abrigo,

Mais instrução,

Mais meios para lutar no campo econômico com os industrialistas, fabricantes e demais monopolizadores dos instrumentos de trabalho, e mais meios também para pelear no campo político com toda a classe dominante.

Numa palavra: **o dia legal de 8 horas diminui a**

escravidão da classe trabalhadora, vigoriza física e intelectualmente os operários e os coloca em excelentes condições para realizarem sua emancipação econômica.

(ECHO OPERÁRIO, Rio Grande, 01/05/1898, p.4) (Grifo meu)

Em suma, a reivindicação de uma jornada de trabalho de 8 horas foi concebida e pleiteada por uma parcela dos ativistas do Rio Grande do Sul, os anarquistas de Porto Alegre, a partir de uma intencionalidade que não era somente a recorrente entre a militância do estado no período: a preservação do corpo de uma jornada estafante e a busca de horas para o descanso, lazer e estudo. Buscava-se também, no caso, capacitar o corpo tendo em vista a luta que se travava contra o capital e que o “físico” era o suporte de onde se alçava o nível mental capaz de *pensar e propor as condições da luta*. Se aceitarmos a difusão internacional dos ideários do movimento operário, podemos ainda acrescentar a possibilidade de que no Rio Grande do Sul também estivesse presente a busca de capacitação do corpo tendo em vista a conquista de energias físicas para os “combates”, já que esta lógica comparecia na busca pela jornada de trabalho de 8 horas desde, no mínimo, 1866 em uma organização de onde emanaram diretrizes internacionais para movimento, o que certamente levou a uma propagação pelos dois lados do Atlântico desta “intenção subversiva” de redução para 8 horas da jornada de trabalho dos operários.

O COMBATE AO CONSUMO DO ALCOOL

O grupo libertário de Porto Alegre combateu, em várias ocasiões, a ingestão do álcool pelos operários. Destaco, neste sentido, a vigorosa campanha antialcoólica posta em ação durante os anos de 1906 a 1911 no mais importante jornal anarquista de Porto Alegre do período, o A LUTA.

O entendimento que faço de que estas ocasiões também eram momentos de busca de



construção de um corpo operário fisicamente apto aos “embates” baseia-se nos próprios conceitos acerca do “álcool” apresentados por estes militantes neste jornal e que em parte diferem das outras percepções operárias encontradas nas fontes sobre a problemática. Esta diferença refere-se ao próprio conteúdo das percepções deste grupo, que revela maior amplitude frente às demais identificadas.

Os libertários da capital condenavam o álcool pelo mal físico que ele fazia ao corpo de quem o consumia, impossibilitando-o de ter uma atuação de luta e de desenvolver uma consciência crítica e transformadora do social. Também o condenavam por conduzir os “bebedores” a uma situação de imoralidade e/ou criminalidade, fosse isto devido à sociabilidade nos lugares espúrios em que o álcool se consumia (botequins, bares, tavernas etc.) ou como consequência dos males químicos e físicos sobre o corpo (o “cérebro” alcoolizado levava ao crime e a imoralidade)². As outras apreciações operárias (não-anarquistas) que encontrei reprovam o consumo das bebidas alcoólicas sem mencioná-las como responsáveis por aquelas impossibilidades ligadas à luta de classes³.

Ou seja, o que afirmo é que havia para esses militantes anarquistas uma clara relação de causa e efeito entre um corpo operário combatido pelo álcool e a impossibilidade de consciência e ação operária. Manifestavam-se aqui, como se pode notar, aquelas duas lógicas anteriormente expostas que concebem a necessidade da integridade física ao corpo operário tendo em vista tanto este “corpo” em si (um bom físico em função da luta) como a “mente” (as idéias, o pensamento) do operário.

Os artigos abaixo publicados no referido jornal são bastante representativos do quanto esta prática deletéria era percebida por estes militantes libertários associada a um conteúdo de classe e de manifestação das duas lógicas antes apresentadas. O primeiro destes artigos também revela o quanto o uso do álcool era um

fato real no meio operário, inclusive entre a parcela militante.

Saiu no Correio do Povo:

“CERVEJA HAERTEL. – Sabendo o Sr. Carlos Haertel que a União dos Chapeleiros efetuava, a 14 do corrente, a posse da nova diretoria, foi nos oferecido pelo distinto industrialista algumas caixas da sua deliciosa cerveja que foi premiada na Exposição Brasileira; podemos afirmar ao público e especialmente aos operários que esta não contém ingredientes nocivos à saúde e não produz dor de cabeça, como muitas outras marcas que estão expostas à venda.

Operários: Bebei só a cerveja preta e a cosmopolita do Sr. C. Haertel que é saudável e deliciosa. – Porto alegre, 14.3.1909 – União dos Chapeleiros”.

– E digam-nos cá que a classe operária não está adiantada, e que não sabe tratar bem de seus interesses!

Talvez haja até quem, no próximo congresso, proponha substituir o enfadonho grito de Marx – operários de todo mundo, uni-vos! – por est’outro bem mais agradável – operários de todo mundo bebei cerveja preta e cosmopolita!

Tem graça

É de se lhe tirar o chapéu!...

(A LUTA, Porto Alegre, 02/04/1909, p.4)

Acha-se muito espalhado o erro de que o álcool é um líquido fortificante.

Este preconceito, que nasce de uma aparência enganadora, é muito fácil de refutar.

.....
Que faz então o álcool? Suprime a salutar advertência, o conselho que nos dá o sistema nervoso. Continuamos o trabalho, mas cansamos mais os nossos músculos. Fazemos como o maquinista que tira o freio à sua máquina; correrá muito mais mas se exporá a grandes perigos. O álcool não dá neste caso nenhuma força. No fundo não é senão uma causa de esgotamento, porque impede a reparação das forças atuando sobre as porções debilitadas pela fadiga.

Trabalhadores, ponhamo-nos em guarda contra a ilusão, contra a aparência enganadora, porque temos necessidade de que o nosso cérebro esteja claro e os nossos membros robustos para lutar contra os nossos exploradores.

(A LUTA, Porto Alegre, 02/04/1909, p.4) (Grifo meu)

²Com relação à presença destas percepções entre estes anarquistas ver, por exemplo, artigos n’ A LUTA em 20/06/1908, p.1; 19/07/1908, p.2; e 02/04/1909, p.4; 26/10/1907, p.4.

³Sobre a presença destas percepções “diferenciadas” – mais “curtas” – entre os demais militantes (não-anarquistas), ver artigos, por exemplo, n’ A DEMOCRACIA, 04/08/1907, p.1; 21/07/1907, p.4; no ECHO OPERÁRIO, 14/11/1897, p.3. e n’ A GAZETINHA, Porto Alegre, 04/11/1898, p.2.



É pertinente ainda observar que nessas duas citações fazem-se presentes saberes científicos da época enquanto um amálgama entre estas relações que se estabeleciam entre o “corpo” e a “mente”, bem como sendo o fundamento para o não consumo desta bebida. Dentre estes saberes de cunho científico destaco as apreciações elaboradas por médicos do período a respeito da ação do álcool no sistema nervoso e a noção que ligava o alcoolismo a todo o tipo de degenerescência moral e intelectual, como a loucura e o crime (HARRIS, 1993, p.268-271; BERTUCCI, 1997, p.81-124). O trecho abaixo, extraído d’A LUTA, é bastante representativo neste sentido:

[Os álcoois] são verdadeiros venenos da inteligência, são tóxicos que inflamam o sangue fazendo-o circular em assoladora torrente por todo o organismo, excitando a tal ponto o sistema nervoso, que transforma o homem mais tranqüilo em uma fera selvagem, capaz de cometer atos que em pleno domínio de suas faculdades mentais talvez não os praticasse. [...] E o que acontece com o cérebro, este misterioso receptáculo onde se elaboram o pensamento, a idéia, as concepções mais sublimes da arte e da Ciência? Perturba-se, funciona torpemente, é presa de delírios a visões momentaneamente animadas ao bebedor que acabam por sumi-lo nas nebruras da imbecilidade. [...] Estas considerações deviam ser presentes aos indivíduos que passam os dias inteiros diante da mesa de jogo, envenenando o sangue – cálice a cálice – produzindo um horrível excitante em todo o sistema nervoso e uma má circulação devido ao seu sangue viciado, [...] colocando em comoção as neuronas cerebrais para relacioná-las, não em benefício duma concepção artístico ou intelectual, mas para sugerir-lhes idéias de morte, de sangue[...].

(A LUTA, Porto Alegre, 17/01/1907, p.1.) (Grifo meu)

Em síntese, como se pode concluir, lutar contra a ingestão do álcool significava também para esta parcela militante do operariado a construção de um corpo apto a lutar contra o capital. Esta aptidão se daria exatamente a partir do momento em que o operário estivesse, ao não consumir este nocivo líquido, tanto na condição de gerar pensamentos propícios à causa, como fisicamente capacitado/com energias, para a luta social.

O COMBATE AO BAILE

A dança em salões era uma outra “prática condenável” percebida pelos anarquistas em questão, como inviabilizando a construção de um corpo apto aos embates contra o “patrão”.

Este entendimento, bem como a proposta de sua eliminação no meio operário, encontrase bem manifesto quando da fundação por um grupo de operários de Porto Alegre de um “grêmio recreativo e instrutivo” que tinha por objetivo principal a dança, o “Club Bailante Germinal”.

Esses libertários após chamarem atenção em artigo em jornal anarquista para a necessidade das organizações operárias propiciarem condições de estudo ao operariado, evidenciando claramente a importância conferida a esta tarefa mental (o que se daria, no caso, através da criação de uma biblioteca), vinham ainda a apresentar no mesmo os motivos pelos quais esta forma de gozar o lazer deveria ser combatida e de que forma ela também inviabilizava a construção de um corpo operário com as característica em questão. (A LUTA, Porto Alegre, 14/11/1908, p.4).

O grande problema que era visto nesta forma de desfrutar o lazer, e fazendo visivelmente eco à teoria dos miasmas a respeito da propagação das doenças⁴, era a falta de higiene que se verificava nestes locais fechados, resultado do ajuntamento, nos mesmos, de um grande contingente de pessoas – “até mais de 300”. Os militantes afirmavam, a partir desta perspectiva “científica”, que tal aglomeração tornava o “ambiente prejudicial e perigoso” devido as “emanações” que eram “expelidas (...) de tantos assistentes de todas as idades”, sendo que para os mais jovens isto significava, inclusive, “buscar na tuberculose a morte prema-

⁴A teoria miasmática ou teoria dos fluidos, que dominava o pensamento médico desde o século XVIII, afirmava que as doenças se transmitiam pela inalação dos “miasmas”, eflúvios pútridos e fétidos provenientes de matérias em decomposição presentes nos ares estagnados. Conforme esclarece ainda Margareth Rago, “o ar e a água eram considerados nesta teoria veículos mórbitos, portadores de emanações fétidas e pútridas conhecidas como ‘miasmas’ [...] A inalação dos miasmas poderia provocar uma ruptura do equilíbrio do organismo [...] e ocasionar, deste modo, o surgimento da doença, da febre pestilencial, do escorbuto e da gangrena. [...] Por outro lado, o movimento [destes fluidos] era dotado de um poder purificador: impedia a desorganização pútrida da cidade e da vida de seus habitantes, ameaçados pelos pântanos e por todo local em que se acumulassem detritos, dejetos, substâncias estranhas, insetos e matérias em decomposição” (1985, p.167-168).



tura". Além disto, também mencionavam que tal ambiente infecto impossibilitava o operário de "retemperar o organismo das lides das oficinas" e isto ao mesmo tempo em que "indispu[nha] o [seu] cérebro" para aquela atividade que era tida pelos mesmos como imprescindível à sua emancipação do jugo capitalista, o "estudo".

Como contraponto a esta forma inapropriada de gozar o lazer e como meio de obter a revigoração do organismo do excesso de trabalho e garantia da disposição do cérebro para o estudo, a militância propunha a realização de "diversões ao ar livre", no "campo", "onde se respira o ar livre puro [e] saudável", e considerava até que uma destas formas de diversão poderia ser a dança, só que realizada, então, a céu aberto.

Como se pode observar, entre o conjunto destas percepções dos libertários identifica-se novamente a presença daquela lógica de causa e efeito entre os estados do "corpo" e os da "mente", onde o primeiro destes elementos era valorizado em função da importância do segundo na peleja com a classe dominante. Ou seja, não se pretendia aqui somente reabilitar o corpo do operário de suas lides ou mantê-lo íntegro em função dele próprio, como um corpo físico, mas também em função da "mente". Informando esta relação causal encontrava-se, no caso, a teoria miasmática, que acabava por determinar, ainda que por vias ali não desenvolvidas, uma indisposição do "cérebro" (do corpo) para o estudo, fato este que poderia e deveria ser revertido através do lazer ao ar livre.

Cabe aqui também a menção de que outros anarquistas, no caso, em São Paulo, como aponta a historiografia (RAGO, 1985), também tinham preocupações em construir um corpo operário apto à luta a partir do usufruto do lazer ao ar livre – no campo –, só que não se pode afirmar – porque esta própria historiografia não esclarece – se seria em função do corpo em si (para que se obtivesse um corpo com mais "energia") ou em função da lógica de causalidade que estou observando para o caso da militância anarquista em Porto Alegre.

CONCLUSÃO

Em síntese, como pretendi ter demonstrado neste texto, o grupo anarquista de Porto Alegre buscou capacitar fisicamente o corpo do operário para a luta que travava contra o capital e isto através destas três diferentes situações expostas: a reivindicação de 8 horas de trabalho, o combate à ingestão do álcool e ao lazer em salões. A respeito da reivindicação de uma jornada de 8 horas, é pertinente observar que a historiografia não associou até agora a mesma à capacitação física do corpo do operário para a luta, fato este que se encontrava presente também no movimento operário nacional e internacional. Objetivamente, no congresso da 1ª Confederação Operária Brasileira (COB), realizada no Rio de Janeiro em 1906, e nos principais congressos da 1ª e 2ª Internacional operária, respectivamente em 1866 e em 1899.

As lógicas que norteavam tais práticas provinham, como se viu, tanto do entendimento de que um corpo fisicamente mais íntegro significava mais energias para as pugnas, como da percepção de que havia uma relação de causalidade entre os estados do "corpo" com os da "mente" e que, assim sendo, o corpo do operário deveria estar fisicamente íntegro para favorecer atividades mentais tidas como indispensáveis para o sucesso da luta operária: o estudo e o pensamento. Esta via de interpretação até agora não fora explorada de forma mais consistente pela historiografia que trata do movimento operário.

O fato de não ter sido esta tentativa de construção de um corpo apto à luta algo exclusivo do Rio Grande do Sul e de que os libertários em questão vinham se apropriando de saberes de cunho científico da época na elaboração desta proposta, são outros dois elementos que se podem ainda referir à guisa de conclusão.

A título de desfecho destas considerações, cabe citar Merleau-Ponty, que lembra de forma bastante pertinente a importância do corpo para o mundo e para os próprios homens e que, no caso aqui específico, reforça a percepção do porquê do corpo do operário ter se consubstanciado em um motivo de preocupação e investimentos tendo em vista a transformação da rea-



lidade: “O problema do mundo e, para começar, o do corpo próprio, consiste no fato de que tudo reside ali” (1999, p.4).

REFERÊNCIAS

- BERTUCCI, Liane. *Saúde: arma revolucionária. São Paulo – 1891/1925* Campinas: Publicações CMU/UNICAMP, 1997.
- HARRIS, Ruth. *Assassinato e loucura: medicina, leis e sociedade no ‘fin de siècle’*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- PORTER, Roy. “História do corpo”. In: BURKE, Peter (org.) *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil: 1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.



